

Poder / Decisão de Hugo Motta em pautar votação de PL que reduz pena de Bolsonaro e cassações de mandatos azeda o ambiente na Câmara. Deputado do PSOL se revolta, ocupa presidência e é retirado à força. Jornalistas são agredidos e impedidos de trabalhar

Censura e tumulto com dosimetria e cassação

Fotos: Reproduções de vídeo



Glauber ocupa a Presidência revoltado com a votação da cassação



Deputados tentam negociar a saída do parlamentar sem truculência



Na condução do deputado ao Salão Verde, agressões aos jornalistas



Ocupando a chefia da Mesa Diretora, Motta condenou gesto de Glauber

» WAL LIMA
» FERNANDA STRICKLAND
» VANILSON OLIVEIRA

A retirada violenta do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) da cadeira do presidente da Câmara, ontem, que ocupava em sinal de protesto, foi o auge de um dia em que o ambiente na Casa foi marcado por tensão, desentendimento, ausência de diálogo e acirramento dos ânimos entre governistas e oposição. A temperatura começou a subir quando o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) anunciou que, na sessão do dia, seria votado o PL da Dosimetria, que pode levar à redução da pena do ex-presidente Jair Bolsonaro — poderia cumprir pouco mais de dois anos em regime fechado — e de outros condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado. Juntamente com o projeto de lei, estavam na pauta, ainda, as cassações dos mandatos de Glauber e dos deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Carla Zambelli (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ). Tal decisão tornou o clima explosivo.

Levar o PL da Dosimetria à votação teria sido articulado na noite de segunda-feira, na reunião entre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e caciques do Centrão — os presidentes do PP, senador Ciro Nogueira (PI), e Antonio Rueda, do União Brasil. O encontro, que inicialmente seria para debater a desistência do filho 01 do ex-presidente da pré-candidatura presidencial, se ampliou para o debate do projeto de lei. As críticas dos governistas se avolumaram por não terem sido avisados por Motta de que levaria a matéria à votação e viram nisso a adesão do presidente da Câmara ao projeto de viabilização do lançamento do governador Tarcísio de Freitas, de São Paulo, como candidato da direita ao Palácio do Planalto. O PL seria a condição para Flávio desistir da corrida presidencial.

A decisão de Glauber foi temperada nesse clima e, também, porque o deputado considera que recebe da Casa um tratamento

mais duro, se comparado ao dado a Eduardo, Zambelli e Ramagem. Por volta das 17h, em protesto, ocupou a cadeira de Motta e passou a discursar contra o comando da Câmara. A reação da instituição foi a de fechar o plenário à imprensa e retirar do ar a transmissão da TV Câmara enquanto ele falava. A seguir, a Polícia Legislativa cercou Glauber — alguns agentes, inclusive, estavam com uniformes táticos — para retirá-lo. Ante à recusa do deputado em sair, os policiais

usaram de truculência. Parlamentares governistas tentaram intervir, mas não conseguiram.

Agressões

Nesse momento, a imprensa se aglutinava à saída do plenário e cobrava explicações e informações. Ao conduzirem Glauber por uma multidão que tentava entender o que estava acontecendo, os agentes agiram com violência e agrediram os jornalistas enquanto abriam caminho

rumo ao Salão Verde — onde o deputado concedeu entrevista. Foram vários empurrões, pontapés e puxões que não pouparam nem mesmo parlamentares que acompanhavam o deputado do PSOL. O chefe do Departamento de Polícia Legislativa (Depol), Marcelo Guedes de Rezende, foi apontado por parlamentares e jornalistas como o principal responsável pela brutalidade.

“Precisava disso? Precisava desse暴力? Só pedi o mínimo: que me tratasse com o mesmo

respeito que tiveram com aqueles que sequestraram a Mesa da Câmara por 48 horas”, afirmou Glauber, lembrando da invasão dos bolsonaristas também ao plenário da Câmara, em 5 de agosto, em reação a determinação, pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, à prisão preventiva do ex-presidente por descumprimento de medidas cautelares. Nesse episódio, Motta negociou a desocupação, o que incluiu sentar-se na cadeira do presidente — ocupada pelo deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS).

Glauber aproveitou a coletiva para atacar o PL da Dosimetria. “Querem votar uma anistia que não é dosimetria, é perdão. Querem reduzir a pena de Bolsonaro e manter os direitos políticos do filho dele. Isso tudo faz parte de um mesmo pacote golpista”, acusou.

Depois que tumulto se dissipou, Motta afirmou que agiu dentro dos protocolos de segurança e do regimento da Casa. Da cadeira presidencial, avisou, em discurso, que “nenhum parlamentar está autorizado a transformar a Presidência da Câmara em palco de intimidação, espetáculo ou desordem”.

“Vimos um episódio que nunca deveria ocorrer no Parlamento brasileiro. Quando o deputado Glauber Braga ocupa a cadeira da Presidência da Câmara para impedir o andamento dos trabalhos, ele não desrespeita o presidente em exercício. Ele desrespeita o próprio Poder Legislativo”, afirmou. Foi a vez de Motta lembrar que o deputado do PSOL ocupou, em greve de fome contra a cassação do mandato, a sala de uma das comissões da Casa em protesto.

Segundo o presidente da Câmara, “o extremismo não tem lado porque, para o extremista, só existe um lado: o seu. E quem só enxerga o próprio lado nega o outro, nega o debate e acaba negando a própria democracia”. “Quem tentou humilhar o Legislativo, humilhou a si mesmo. Quem tentou confrontar a Câmara encontrou uma instituição firme, serena e inegociável. Nenhum deputado é maior do que esta Casa”, frisou.

Motta argumentou que a decisão de ação da Polícia Legislativa e suspender o acesso ao plenário foi amparada pelo Ato da Mesa nº 145, que autoriza a interrupção ou suspensão da circulação nos prédios da Câmara em situações de segurança. E disse ter determinado a apuração de possíveis excessos cometidos por agentes na retirada de jornalistas do plenário.

A Federação Nacional dos Jornalistas divulgou nota criticando o impedimento do trabalho da imprensa.

NAS ENTRELINHAS



Luiz Carlos Azedo

azedo@uol.com.br

Agenda de Motta atropela o governo e favorece oposição na Câmara

A iniciativa do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de pautar simultaneamente a mudança na dosimetria das penas aplicadas aos envolvidos no golpe de 8 de janeiro e os processos de cassação de mandato de Glauber Braga (PSOL-RJ), Carla Zambelli (PL-SP), Alexandre Ramagem (PL-RJ) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP) produziu mais estresse político em Brasília.

Não apenas porque favorece abertamente a oposição e ameaça impor novas derrotas ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas, também, porque revela um método de condução da Câmara que combina improviso, força bruta e ausência de mediação política. O resultado é um presidente fragilizado perante a opinião pública, tentando impor autoridade pelo braço

e não pela construção de consensos.

A ocupação da cadeira da Mesa Diretora por Glauber, seguida de sua remoção à força pelos seguranças da Câmara, expôs falta de bom senso na condução dos trabalhos e um estilo de direção do tipo “macaco em casa de louças”. A cena seria impensável sob Ulysses Guimarães ou mesmo, goste-se ou não, sob Arthur Lira (PP-AL), padrinho político de Motta. Ambos sabiam que a autoridade do presidente da Câmara repousa menos na capacidade de usar a força institucional e mais na habilidade de prevenir conflitos.

Ao pautar matérias explosivas ao mesmo tempo, sem aviso, sem negociação e sem sequer informar o relator do projeto de nova dosimetria das penas, o deputado Paulinho da Força (Republicanos-SP), Motta criou as condições perfeitas para o tumulto de ontem, protagonizado por Glauber, agravado pelo cerceamento do trabalho da imprensa e do acesso à informação por parte da sociedade, com as agressões e retirada de jornalistas do plenário e o corte da transmissão da TV Câmara às 17h34, exatamente quando o conflito se ampliava.

O gesto fere o princípio da publicidade dos atos legislativos, apesar da narrativa de que o presidente tentou evitar que o país assistisse ao caos que se instaurava sob seu comando. A justificativa dada pela assessoria — “um protocolo” não especificado — apenas reforçou a percepção de improprio e opacidade. Em vez de controlar a crise, Motta a multiplicou.

No campo político, a pauta escolhida pelo presidente da Câmara

produziu um efeito imediato: colocou o governo de Lula na defensiva e premiou a oposição, duplamente. De um lado, o avanço do projeto que reduz a pena de Bolsonaro e demais condenados pelo 8 de Janeiro; de outro, a abertura de julgamentos que podem resultar na cassação de adversários diretos e manutenção dos mandatos de deputados de extrema direita.

Ofensiva

Essa combinação, apresentada de surpresa, evidencia que Motta opera cada vez mais alinhado aos interesses da oposição, sobretudo ao projeto do Centrão de unificar a oposição em torno da candidatura do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Aproveita o desgaste crescente do Planalto com o Senado, em razão da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, a decisão de Motta ignorar novamente o entendimento da Corte que determina a cassação automática de deputados condenados ao regime

fechado, ao enviar ao plenário o caso de Ramagem amplia o conflito institucional entre Câmara e Supremo.

Sob a alegação de que “quem pode mais, pode menos”, o presidente escolheu o rito mais lento, mais político e mais imprevisível, o que interessa diretamente ao campo bolsonarista. É o mesmo procedimento que beneficiou Carla Zambelli, também condenada criminalmente. A mensagem implícita ao STF é clara: a Câmara não aceitará implicações e reivindica para si a palavra final, mesmo quando a Constituição oferece interpretação diversa, embora não seja uma Casa revisora das decisões judiciais.

O caso de Glauber adiciona outra camada ao imbróglio. O parecer do relator Paulo Magalhães (PSD-BA) mistura episódios distintos, alguns já arquivados, e reaviva conflitos antigos do deputado com Arthur Lira, o que seus aliados denunciam como casuismo. Entretanto, ao colocar sua própria cabeça em jogo com o gesto de ocupar a Mesa, Glauber acabou oferecendo ao presidente da

Câmara o pretexto perfeito para endurecer. A escalada do conflito não fortalece Motta. A imagem que projeta é a de um presidente fraco, que perde o controle do plenário, perde a boa relação com a imprensa, perde a narrativa e tenta reconquistar autoridade pela imposição.

O governo, por sua vez, foi pegado completamente de surpresa pela pauta dupla. A articulação política do Planalto não esperava que o presidente da Câmara fizesse avançar o projeto da dosimetria antes de ajustes finais do relator, nem que levasse a plenário quatro cassações simultâneas num contexto de altíssima volatilidade. A postura de Motta reforça a percepção de que a Casa vive uma espécie de rolo compressor do Centrão: decisões de impacto são publicadas de última hora, sem acomodar bancadas, sem calibrar tensões e sem medir os riscos para a governabilidade. Almeja recuperar autoridade, mas opta por métodos que a corroem e termina associado à truculência, ao improviso e ao descontrole.